Cristiano Cechella

A Globalização e a Internacionalização das Empresas Brasileiras em Portugal

PRINCIPIA

A Globalização e a Internacionalização das Empresas Brasileiras em Portugal

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida. Sem o prévio consentimento escrito do editor, são totalmente proibidas a reprodução e a transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (electrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou colectivas), os motivos e os objectivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à excepção de excertos para divulgação e da citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.

SEJA ORIGINAL!
DIGA NÃO À CÓPIA
RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR

Título
A Globalização e a Internacionalização das Empresas Brasileiras em Portugal

Autor
Cristiano Dias Cechella

Edição e *copyright*
Princípia, Cascais
1.ª edição – Maio de 2011
© Princípia Editora, Lda.

***Design* da capa** Maia Moura Design • **Execução gráfica** Guide Artes Gráficas, Lda.

ISBN 978-989-716-053-0 • **Depósito legal** 326812/11

Princípia
Rua Vasco da Gama, 60-C – 2775-297 Parede – Portugal
Tel. +351 214 678 710 • Fax +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Cristiano Dias Cechella

A Globalização e a Internacionalização das Empresas Brasileiras em Portugal

PRINCIPIA

Apresentação

O voo que me levou do Brasil a Portugal foi o marco inicial de uma trajectória de muitos desafios. O calendário assinalava Outubro de 2003.

Como resultado, em 2010 concluí a minha tese de doutoramento *A Globalização e a Internacionalização das Empresas Brasileiras em Portugal,* realizada no ISEG/UTL, à qual este livro está intimamente ligado.

Este período de actividades académicas deu-me a oportunidade de participar em comunicações nas mais variadas partes do mundo, das quais destaco Portugal e o Brasil, assim como de escrever artigos académicos e para os média em geral, sendo, hoje, articulista da revista *Portugal Digital*, focalizada nas relações lusófonas, do Instituto Millenium e do *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, para além da actividade como professor e investigador, entre outras.

Penso, entretanto, ser importante relatar os desafios enfrentados para a sua realização, pois das etapas mais decisivas da caminhada guardam-se lembranças, ressuscitam-se cenas e acontecimentos.

Permito-me, pois, relembrar algumas, bastantes significativas.

Concluído o curso de Administração de Empresas, na Universidade Federal de Santa Maria, em Rio Grande do Sul, rumei à cidade do Rio de Janeiro em busca de aprimoramento profissional, tendo a oportunidade de o fazer na Universidade Cândido Mendes, onde obtive o título de Mestre em Economia Empresarial, dissertando sobre a internacionalização das empresas portuguesas no Brasil, em especial no sector das telecomunicações.

Foi onde e quando conheci o Professor Joaquim Ramos Silva – ele um pioneiro no estudo das novas relações económicas luso-brasileiras – que, ao aceitar, realizou a tarefa de ser o co-orientador do trabalho, instigando em mim o latente interesse por melhor conhecer as relações Brasil-Portugal.

Estudámos alguns aspectos dos investimentos das empresas portuguesas no Brasil a partir da década de 90, uma novidade tanto para Portugal como investidor internacional, quanto para o Brasil por receber tais investimentos de um país às vezes visto como de pouca apetência ao risco.

Decidimos, então, fazer um estudo inverso, e ainda incipiente, sobre os investimentos das empresas brasileiras em Portugal.

Como todo o estudo pioneiro, as pessoas não acreditavam ainda no seu potencial, que já era algo de futuro para as duas economias e para as relações luso-brasileiras. Debatemo-nos, inicialmente, com o problema do financiamento, não encontrando apoio ao incentivo à pesquisa por parte de algumas instituições, por não considerarem o tema relevante. Hoje isto é passado e não estou a julgá-las. Muitas vezes observam-se os fenómenos de acordo com os paradigmas tradicionais, deixando de priorizar o inovador. Este aspecto pode ter sido aceitável naquele momento, na medida em que estávamos a dar os primeiros passos para um estudo sistemático sobre o tema, ou seja, sairíamos quase do zero.

Fomos persistentes e, no decorrer dos estudos, tais diagnósticos mostraram-se por demais conservadores, tendo conseguido apoio de instituições e pessoas do mais alto nível de excelência. Superado este obstáculo, pudemos, realmente, começar o projecto em Portugal.

Trazia do Brasil algumas interrogações referentes às relações entre os dois países com profundas ligações históricas. Algo que eu não compreendia era como o Brasil e Portugal, ao longo dos séculos que se passaram, não possuíam – e ainda estão a emergir – relações de comércio e investimento de acordo com os seus laços de identidade.

Através da História podemos compreender melhor os porquês, conhecendo os diversos factores geopolíticos ocorridos nestes últimos séculos. Ainda assim, gostava de perceber *in loco* certos aspectos da relação bilateral e daí tirar as minhas próprias conclusões.

A partir daí tive o prazer de fazer o estudo no ISEG/UTL, instituição marcada pela excelência e localizada na cidade que é o coração de Portugal, Lisboa, onde há habitantes oriundos de todos os cantos do país e que têm uma história de ligação com as mais variadas culturas do mundo.

Levando comigo a ambição de concretizar este desafio, desembarquei – em terras de além-mar – cheio de esperança e determinação.

Logo senti a proximidade existente entre a minha pátria e aquilo que neste país encantador encontrei: as originais arquitectura e gastronomia, o povo cordial com o seu característico modo de ser e de viver, a mesma cultura religiosa

levada ao Brasil aquando da sua colonização. Dos Portugueses o Brasil guarda e respeita hábitos e tradições, e reconhece a notável obra social, administrativa e cultural realizada. Tendo ascendência portuguesa, açoriana, acredito que, de um passado histórico e longínquo, existe uma relação de afecto e admiração.

Sou brasileiro do Sul, gaúcho, mas, acima de tudo, uma pessoa que procura olhar os acontecimentos para além dos desejos de uma região ou país, por estar convicto de que a verdade e o crescimento sustentável a longo prazo estão ligados fundamentalmente aos aspectos virtuosos em conjunto com os desejos dos diversos grupos que compõem a sociedade. Em relação a este estudo, por exemplo, fica claro que não é tanto por ser investimento nacional ou estrangeiro, público ou privado, que potencializará o desenvolvimento de um país, e sim pelas acções de um ou outro, tendo em conta o bem comum, com o auxílio de instituições governamentais que cumpram realmente a sua função. Ou seja, ser patriota passa, em primeiro lugar, por ter virtudes, pois em caso contrário cair-se-á no erro de pensar demasiado nos próprios interesses, e isso tanto no que se refere a actos contra o próprio país, quanto à eventualidade de se investir no exterior, com as instituições de cada país coibindo mais ou menos tais práticas de acordo com os valores e a eficiência do sistema. Este parece-me ser o modo de pensar para vencer os enormes desafios que o planeta atravessa na actualidade. Existem ferramentas poderosas, o ser humano tem o livre-arbítrio para escolher a forma de as utilizar, e as instituições representadas pela sociedade organizada são elementos essenciais neste caminho.

Foi, pois, nesta terra cantada e imaginada pelos meus antepassados, que continuei a minha formação académica e estou a realizar os meus projectos de crescimento pessoal e profissional.

Prefácio

O trabalho de Cristiano Cechella que agora se publica visa atingir um público mais vasto do que o meio académico onde teve origem e deve ser salientado por duas ordens de razões fundamentais.

Em primeiro lugar, aborda um dos aspectos mais relevantes da nova realidade económica internacional que despontou com o século XXI e a que a crise dos últimos anos veio, aliás, dar ainda maior ênfase: os investimentos no exterior realizados pelos países emergentes, com destaque para as grandes economias dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), em particular pela via do investimento directo estrangeiro. Com efeito, tradicionalmente apenas receptores ou pouco presentes neste tipo de fluxos, as economias emergentes tornaram-se uma das suas principais fontes, sendo os seus capitais hoje bastante disputados, quer sob a forma de investimento directo estrangeiro quer de empréstimos e aplicações financeiras diversas, mesmo por parte dos países desenvolvidos.

A passagem deste conjunto de países a investidores internacionais – uma das dimensões com maior significado e impacto da sua emergência como *global players* – não aconteceu por acaso, teve por base, em geral, posições externas sólidas (excedentes ou equilíbrio estrutural na balança de pagamentos, acumulação substancial de reservas, orientações estratégicas para o exterior seguras e bem concebidas, etc.), frequentemente associadas a enquadramentos macroeconómicos internos controlados e saudáveis, por vezes conseguidos de uma forma dolorosa mas efectiva. Daqui resultam alguns ensinamentos que devem ser tidos em conta. Para não irmos mais longe, embora relativamente recentes, estas tendências impuseram um repensar de muito do saber que se tinha acumulado ao longo das últimas décadas como «ciência certa» em vários domínios, implicando um esquecimento dos pilares do crescimento económico tal como tinham sido erigidos pelos grandes autores clássicos a partir do último quartel do século XVIII

(a abertura ao exterior como princípio; a inserção estratégica, dinâmica e competitiva na divisão internacional do trabalho; o papel indispensável da poupança no processo económico; o sistema financeiro funcionando numa lógica de longo prazo e ao serviço da economia real, etc…

Neste contexto, o caso do Brasil é aqui particularmente esmiuçado sob diferentes ângulos. No conjunto, há que destacar, desde logo, a aplicação do Plano Real (1994) e outras medidas que se lhe seguiram, com todo o seu profundo significado de «arrumação da casa», na criação das condições que permitiram uma internacionalização com êxito das empresas brasileiras; condições essas que houve a inteligência de saber salvaguardar até hoje e que estão na base dos importantes progressos verificados no país. Consolidadas a viragem na gestão macroeconómica e a lógica de abertura ao exterior, tornou-se possível para o Brasil uma intervenção efectiva e com peso no cenário mundial, designadamente nas agendas das instituições internacionais, da qual há muito a esperar, com a introdução de novas questões e perspectivas. As relações empresariais e de investimento directo, pelo seu carácter duradouro e credível, são um esteio fundamental deste novo posicionamento internacional do Brasil.

Em segundo lugar, dentro desta problemática mais geral, são analisados os investimentos brasileiros em Portugal. Desde que, a partir do início dos anos 1990, as relações económicas entre os dois países entraram numa nova fase que se traduziu progressivamente no seu reforço a vários níveis, faltava um estudo em profundidade da presença das empresas brasileiras em Portugal segundo uma metodologia científica, lacuna que está agora preenchida. É importante acrescentar que não se trata apenas de uma relação bilateral entre tantas outras no ambiente geral da globalização. Entre Portugal e o Brasil, ainda que situados em áreas geopolíticas distintas, existe aquilo que muitos autores designam como «relação especial», derivada da língua comum e de proximidades históricas e culturais, ainda que, para as empresas terem sucesso, se imponha também que considerem um quadro muito realista das dissemelhanças a este nível, em qualquer dos países. Assim, este estudo pôde simultaneamente responder a questões de carácter geral sobre a evolução da economia mundial e o papel dos novos países investidores, em particular dos BRIC, mas também a outras mais específicas como a do impacto das afinidades linguísticas e culturais nos fluxos internacionais. Por exemplo, ele permite-nos responder, ou dar uma contribuição nesse sentido, sobre o que diferencia os investimentos directos brasileiros em Portugal dos que são provenientes de outros países como a Alemanha, a Espanha, os Estados Unidos, a Itália e o Japão.

Evidentemente, como todo o trabalho desta natureza, o de Cristiano Cechella não é perfeito. Com certeza teria havido vantagem num maior foco nas questões centrais, mas, convenhamos, tratando-se de uma primeira abordagem com carácter sistemático e fundador num domínio preciso (os investimentos das empresas brasileiras em Portugal) que emerge de um contexto mais geral, tal objectivo não seria facilmente atingido. Seja como for, este estudo representa sem dúvida um substancial passo em frente no conhecimento de um tema relevante para as duas economias em causa, a portuguesa e a brasileira, mas especialmente para a primeira como pequena economia que é. Nesta fase do seu desenvolvimento, os investimentos brasileiros em Portugal estão mapeados e os seus principais problemas e potencial identificados. É preciso, no entanto, que este exemplo de pesquisa prossiga e frutifique, pois as universidades e a investigação em Portugal não devem menosprezar uma temática cuja importância tem significativamente crescido no âmbito da internacionalização da economia portuguesa; tal como fizemos no ISEG, com o trabalho de Cristiano Cechella e outros, é preciso que tenham a capacidade, se não mesmo a coragem, de a levar mais longe.

Lisboa, 22 de Novembro de 2010

Joaquim Ramos Silva
Professor Associado com Agregação
ISEG/UTL

Glossário

BRIC – Sigla criada em Novembro de 2001 pelo economista Jim O'Neill, do grupo Goldman Sachs, para designar os quatro principais países emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China. Usando as últimas projecções demográficas e modelos de acumulação de capital e crescimento de produtividade, o grupo Goldman Sachs mapeou as economias dos países BRIC até 2050. Especula-se que esses países poderão tornar-se as maiores forças da economia mundial até àquela data.

CEE – Comunidade Económica Europeia.

CIS – Comunidade dos Estados Independentes.

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconómicos.

Empresa afiliada – Outra empresa com ramificações de controlo com a MNE.

Empresa subsidiária – É uma de divisão menor de uma empresa que irá se encarregar de uma tarefa mais específica dentro do ramo de actividade da empresa da qual faz parte e à qual é subordinada.

F&A – Fusões e aquisições.

***Franchising* –** É o sistema pelo qual o franqueador cede ao franqueado o direito de uso da marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semiexclusiva de produtos ou serviços. Eventualmente, o franqueador também cede ao franqueado o direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistemas desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração directa ou indirecta, sem ficar caracterizado um vínculo em termos de emprego.

***Gap* –** Hiato, distância.

I&D – Investigação e desenvolvimento.

IDBE – Investimento directo brasileiro no exterior.

IDBP – Investimento directo brasileiro em Portugal.

IDE – Investimento directo estrangeiro.

IDPB – Investimento directo de Portugal no Brasil.

Inputs* e *Outputs – Entradas (matérias-primas) e saídas (produtos e serviços) na produção de uma empresa.

***Inward*/entradas** – IDE para dentro de determinado país (entrada).

***Joint venture*s** – Arranjo contratual pelo qual duas ou mais partes se encarregam de uma actividade económica, cujo objectivo é dividir o controlo da empresa.

Know-how – É o conhecimento de como executar alguma tarefa.

LDC – Países menos desenvolvidos.

Leis *anti-trust* – Meios de actuação do Estado para fomentar a concorrência, limitar o poder dos monopólios e combater os seus abusos dos monopólios.

Licensing – Normalmente associado a contratos de licenciamento de produtos e/ou serviços, pelos quais se paga uma taxa de licenciamento para poderem ser utilizados.

Mercosul – Mercado Comum do Sul.

MNE – Empresas multinacionais.

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement), englobando EUA, Canadá e México.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONG – Organizações não governamentais.

***Outward*/saídas** – IDE realizado por determinado país no exterior.

País de origem – País investidor em IDE.

País hospedeiro – País que recebe o investimento.

PME – Pequenas e médias empresas.

Projeto Rondon – É um projecto de integração social brasileiro coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). O Projeto envolve actividades voluntárias de universitários e busca aproximar esses estudantes da realidade do país, além de contribuir, também, para o desenvolvimento de comunidades carentes.

Royalties – É uma palavra de origem inglesa que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir o seu uso ou comercialização.

Securities – Títulos, garantias.

SOBEET – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Económica.

Spillovers – Transbordamentos tecnológicos entre empresas, neste caso do IDE.

Takeovers – Processo de mudança do controlo societário de uma empresa através de compra de acções. Pode ser amigável ou hostil.

TIC – Tecnologias de informação e comunicação.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development.

União *Cross-border* – Operações transfronteiriças.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

A título de orientação, nesta secção apresentar-se-á toda a estrutura metodológica, ou seja, a partir da apresentação do tema, proceder-se-á à sua justificação, à definição do objecto de estudo, bem como dos objectivos gerais e específicos que se pretendem atingir, às hipóteses de pesquisa, à abordagem metodológica e, por fim, à descrição dos capítulos que fazem parte deste trabalho. Na linguagem empresarial, é uma espécie de planeamento estratégico.

1.1. Apresentação

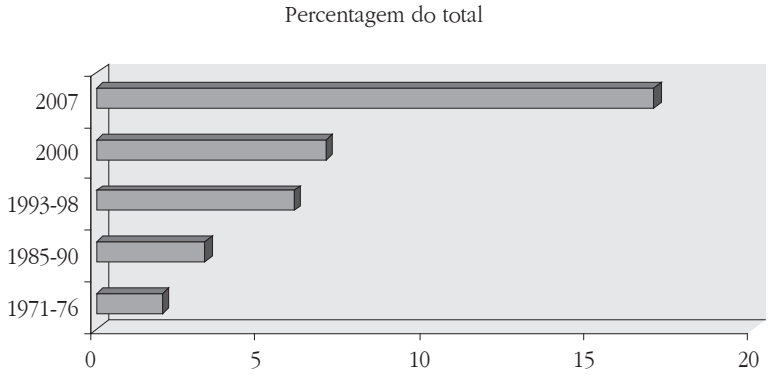
Uma ciência ou qualquer outro trabalho analítico, como este livro, não se faz senão com tempo e estudo. Apenas se pode considerar um trabalho sério aquele que tiver sido observado, estudado e aprofundado, com a paciência e perseverança de um observador consciencioso. É mister conhecer grande parte dos escritos sobre a matéria, ler os prós e os contras, as críticas e apologias, fazer comparações, meditar sobre os principais argumentos a fim de assinalar a causa mais lógica por detrás dos factos e interpretar fenómenos.

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se estudar *in loco* o actual perfil e as determinantes da internacionalização das empresas brasileiras em Portugal, dentro da actual conjuntura dos impactos da globalização na economia brasileira e da crescente importância dos países emergentes no comércio e investimento mundial, tendo por base as principais teorias do investimento directo estrangeiro (IDE), as crescentes transformações da economia brasileira, a

ascensão do Brasil como investidor internacional e Portugal como localização do investimento estrangeiro, em particular para as MNE (multinacionais) brasileiras. Serão analisados factores de ordem económica, política e cultural que fizeram as empresas brasileiras escolherem Portugal para investir, bem como um estudo comparativo das motivações do IDE em Portugal entre as empresas brasileiras, americanas, alemãs, japonesas, espanholas e italianas, com a utilização das técnicas estatísticas e econométricas apropriadas.

De acordo com a UNCTAD (2007)[1], a produção agregada das economias emergentes[2] (que será aprofundada no Capítulo 3) alcançou um marco importante em 2006, quando atingiu mais de metade do produto interno bruto (PIB) mundial, medido em termos de paridade de poder de compra (PPP). Os países emergentes estão a potenciar o crescimento mundial e a causar um forte impacto sobre a inflação, a taxa de juros, os salários e os lucros empresariais na maior parte dos países. A participação dos países emergentes nas exportações mundiais, que era de 20% em 1970, alcançou 48% em 2005. Consomem mais de metade da energia mundial e respondem por 80% do crescimento na procura de petróleo de 2001 a 2006. Em 2006 detinham também 70% das reservas cambiais mundiais.

Gráfico 1.1. As economias emergentes como investidoras no exterior, 1971-2007



Fonte: FMI e UNCTAD.

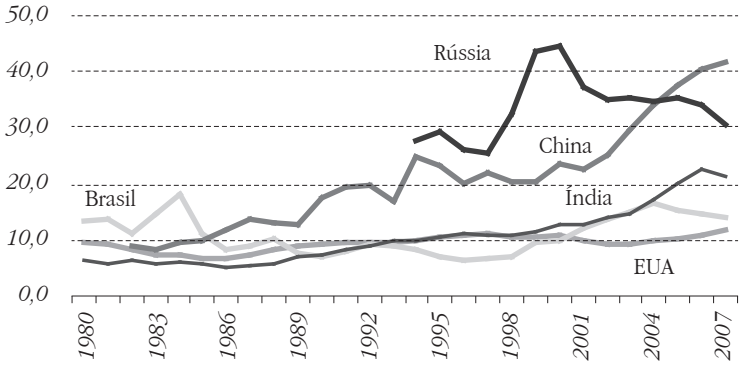
[1] A actualização dos gráficos, tabelas e quadros far-se-á, quando for relevante, através de observações neste espaço.

[2] Considera-se neste contexto as economias emergentes no seu conjunto, independentemente da sua diversidade, segundo o conceito utilizado pela UNCTAD.

A sua importância como investidores internacionais também aumentou, como mostra o gráfico 1.1. Esta tendência fez-se sobretudo sentir a partir do ano 2000, pois os países emergentes, que representavam apenas 7% do total mundial, atingiram 17% do *stock* de IDE em 2007.

O Brasil participou activamente neste movimento de exportação de capitais de longo prazo. De acordo com o Banco Central do Brasil, apesar de somente ter iniciado nas últimas décadas um movimento sistemático para investir no exterior, o Brasil situava-se, em 2006, entre os cinco países emergentes que mais investiram no mundo. Treze multinacionais brasileiras integram uma lista das «100 desafiantes globais» elaborada pela consultoria *Boston Consulting Group* (BCG), dos EUA. Refira-se que, até o início dos anos 90 do século XX, as empresas brasileiras quase se restringiam a exportar (fase incipiente de internacionalização), sendo o Brasil fundamentalmente um captador de IDE. Mesmo assim, entre os países emergentes, ocupava a posição cimeira como exportador de capitais. No gráfico 1.2 mostra-se o grau de abertura de alguns países, medido pela relação entre exportações de bens e serviços sobre o PIB do Brasil, EUA e restantes países dos BRIC (Rússia, Índia e China), um dos indicadores tradicionais do grau de internacionalização de uma economia. Todos estes países têm a característica de serem de grande dimensão, o que é importante para a sua comparação. Como verificamos, o indicador de abertura dos EUA permanece com cerca de 10% no período analisado, bem próximo ao do Brasil. Em 2005, a China ultrapassa a Rússia, chegando aos 37,3%.

Gráfico 1.2. Relação exportações/PIB: a posição dos EUA e BRIC, 1980-2007



Obs. China desde 1982 e Rússia a partir de 1994.
Fonte: OMC e FMI Fonte: OMC e FMI.

Neste estudo científico sobre a presença de empresas brasileiras em Portugal, Cristiano Cechella aborda o relevante aspecto da nova realidade económica internacional que é o investimento no exterior operado pelas economias emergentes, estudando em concreto o caso do Brasil e dos investimentos brasileiros em Portugal. E, ao fazê-lo, vai mais longe, apontando respostas «tanto a questões de carácter geral sobre a evolução da economia mundial e o papel dos novos países investidores, nomeadamente os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), como a outras mais específicas, como a do impacto das afinidades linguísticas e culturais nos fluxos internacionais».

Cristiano Cechella é Doutor em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Para além da actividade desenvolvida enquanto gestor e economista, lecciona disciplinas nas áreas de orçamento empresarial, metodologia de pesquisa, economia brasileira e introdução à economia, tendo proferido inúmeras comunicações em diversos países em torno das relações luso-brasileiras, do investimento directo estrangeiro, da internacionalização das empresas e da economia regional.

www.principia.pt
ISBN 978-989-8131-86-7